



Análise

15/10/2011 - Os símbolos de uma integração [2] - Euro em perigo?p.01

A crise da Grécia já se arrasta há tempo suficiente para colocar em cheque a estabilidade do Euro. Após várias tentativas de salvar a economia grega, é chegada a hora de se repensar o arranjo institucional da União Europeia e, em especial, as dinâmicas do Euro. Contudo, tal movimento requer atitudes que, aparentemente, nenhum dos países da região do Euro está disposto a tomar.

Documento de Trabalho

15/10/2011 - G-20: Formação, evolução e posição de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil.....p.05

Diante do atual cenário internacional, ainda marcado pelos efeitos da crise financeira de 2008, é necessário entender a evolução e o papel dos principais atores que buscam encontrar saídas para os desafios impostos por tal crise. A atual conjuntura internacional evidencia que soluções para tais desafios não serão alcançadas sem que exista uma articulação entre as tradicionais potências capitalistas e os chamados países emergentes que constituem o grupo do G-20. Porém, no interior deste grupo, alguns países apresentam um papel de maior destaque e por isso faz-se necessário um entendimento sobre seus objetivos e metas defendidos nas cúpulas do G-20. Assim, este texto informativo, além de uma breve contextualização do G-20, se dedicará à apresentação das posições de quatro países do G-20 cuja atuação é fundamental para a reconfiguração da ordem econômica mundial, a saber: Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. Este texto informativo é parte das atividades desempenhadas pelo Grupo de Pesquisa em Potências Emergentes, produzido a pedido da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Neste sentido, seguirá a seguinte estrutura: em primeiro lugar será feita uma breve contextualização do G-20 e de seu processo de mudança desde a crise de 2008. Em seguida, serão apresentadas as posições, com relação às cúpulas do G-20, de quatro países fundamentais para o processo de reconfiguração da ordem econômica mundial e, mais especificamente, para o G-20, a saber, Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. Por fim, serão feitas algumas considerações finais a partir de tais elementos.

Os símbolos de uma integração [2]: Euro em perigo?

Análise
Europa
Vinícius Tavares
15 de Outubro de 2011

A crise da Grécia já se arrasta há tempo suficiente para colocar em cheque a estabilidade do Euro. Após várias tentativas de salvar a economia grega, é chegada a hora de se repensar o arranjo institucional da União Europeia e, em especial, as dinâmicas do Euro. Contudo, tal movimento requer atitudes que, aparentemente, nenhum dos países da região do Euro está disposto a tomar.

Desde o início da crise da dívida grega, em 2009, a União Europeia vem tentando chegar a uma solução que seja capaz de evitar a insolvência daquele Estado e, consequentemente, evitar o colapso da zona do Euro. Contudo, os planos de resgate do país não foram suficientes para evitar a insolvência e, agora, outros países estão seriamente ameaçados do mesmo risco.

Desde então, os líderes do Euro¹ vem se reunindo e propondo novas medidas para acalmar os mercados, mas, a cada choque, estes são mais abalados e já existem analistas que falam sobre a possibilidade da expulsão destes países, ameaçados economicamente, da zona do Euro.

A adoção de uma moeda única

A história do Euro iniciou-se em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma e a criação da Comunidade Econômica

Europeia (CEE), entre a Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. O Tratado estabeleceu o Mercado Comum Europeu com a finalidade de assegurar o progresso econômico e contribuir para uma união cada mais estreita entre os povos Europeus.²

Em dezembro de 1969, o primeiro-ministro de Luxemburgo, Pierre Werner, produziu um relatório (que mais tarde ficou conhecido como Relatório Werner), onde indicou sobre a necessidade de se criar uma moeda única europeia, como parte de um esforço monetário cooperativo. O relatório foi o primeiro a usar o termo: união monetária e econômica.³

O segundo passo em direção de uma economia europeia unificada, e uma moeda única, veio em 1987, com o Single European Act. Este ato removeu as barreiras e restrições que obstruíam o comércio entre os países europeus. Em consequência, postos de fronteira, impostos, alfândegas, restrições trabalhistas e outras barreiras foram

¹ Bélgica, Irlanda, França, Luxemburgo, Áustria, Eslováquia, Alemanha, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Finlândia, Estônia, Espanha, Chipre, Países Baixos, Eslovênia

² D-W: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,509821,00.html>

³ European Central Bank: <http://www.ecb.int/euro/intro/html/index.en.html>

desfeitas.

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, lançou as bases para a criação de uma moeda única. Após uma conturbada sessão noturna em Bruxelas, decidiu-se, a 2 de maio de 1998, que a União Europeia teria uma moeda comum. Entre 1994 e 1999, foi criado o Instituto Monetário Europeu e aprovado o nome Euro para a moeda única.

Em janeiro de 1999, as taxas de câmbio das moedas participantes foram fixadas em caráter irrevogável. Os países participantes da Zona do Euro passaram a pôr em prática uma política monetária única: o Euro foi introduzido como moeda legal e as 11 moedas nacionais dos países-membros passaram a ser subdivisões do Euro.

A participação dos países na zona do Euro deveria obedecer a três critérios. O primeiro diz respeito à estabilidade de preços: a taxa média de inflação não deveria exceder em mais de 1,5% da verificada nos três países-membros com melhores resultados em termos de estabilidade de preços. Em segundo lugar, a garantia da sustentabilidade das finanças públicas deveria ser mantida (o déficit orçamentário não deveria exceder 3% do PIB e a dívida pública não deveria ultrapassar 60% do PIB). O terceiro critério relaciona-se à convergência das taxas de juro (as taxas nominais de longo prazo não devem exceder em mais de 2% da média das taxas de juro dos três países filiados com melhores resultados em termos de estabilidade de preços).⁴

A crise da Grécia e as tentativas de solucioná-la

Anos de gastos sem limites, crédito barato e incapacidade de implementar reformas financeiras deixou a Grécia altamente

exposta quando a crise econômica global irrompeu. Ao analisar os indicadores econômicos do país, chegou-se à conclusão de que a Grécia não foi capaz de cumprir as três obrigações básicas do Euro. Atualmente, a dívida ultrapassa os 100% do seu PIB.⁵

Em princípio, as autoridades europeias exigiram que o país adotasse planos de austeridade, que visavam conter os gastos públicos. Tais medidas austeras causaram turbulências internas e vários protestos, inclusive manifestações públicas, se iniciaram.

Ao perceber que as medidas gregas não surtiriam o efeito esperado, os líderes europeus começaram a debater sobre a possibilidade de se aprovar pacotes de “salvamento” (*bail-out funds*). A partir disso, vários programas foram adotados, mas nenhum deles conseguiu conter a crise, que, agora, ameaçava contaminar outros países igualmente irresponsáveis (no que se refere à contenção de gastos públicos) como a Espanha e Portugal. Contudo, a ameaça aumentou e começou a influenciar toda a zona do Euro e, conseqüentemente, ameaçar as grandes economias do mundo, como Alemanha e França. Atualmente, um colapso grego pode ecoar em todas as partes do mundo, comprometendo seriamente a estabilidade da já frágil economia internacional.

A partir disso, questões mais delicadas começaram a ser levantadas, como: (i) a possibilidade de excluir a Grécia da Zona do Euro; (ii) a possibilidade de se estabelecer as “Euro-obrigações”⁶; (iii) tornar a Europa um Estado Federal com

⁵ UOL Economia: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/09/20/divida-da-grecia-chegara-a-189-de-seu-pib-em-2012-segundo-fmi.jhtm>

⁶ Obrigação é um título de crédito, que confere ao seu titular o direito de receber periodicamente juros, e numa determinada data, o reembolso do capital investido.

⁴ D-W: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,509821,00.html>

políticas macroeconômicas coordenadas por uma instituição supranacional; e (iv) a completa extinção do Euro.

A ideia de expulsar a Grécia da zona do Euro é defendida por personalidades importantes no que concerne ao processo decisório do mesmo. Philipp Rösler, atual ministro da Economia alemão e Horst Seehofer, chefe do governo da Baviera, afirmaram que não devem haver tabus quando fala-se numa solução do problema grego e que “se necessário” afirma, deve se pensar em “uma bancarrota controlada da Grécia” como solução. A própria população alemã já se mostra contrária à aprovação de mais um pacote de salvamento de países com situações delicadas.

Já o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, afirmou que a União Europeia necessita de um momento federalista para solucionar a questão. Segundo ele, as euro-obrigações acelerariam o processo de recuperação e acalmariam os mercados.

Embora nenhuma autoridade tenha se manifestado abertamente a favor da extinção do Euro, a possibilidade pode ocorrer não de maneira espontânea, mas como consequência de qualquer uma desses cursos de ação citados acima.

Considerações finais

Os sintomas da crise foram vistos pela primeira vez na Grécia, e os problemas do país são de fato, em grande parte, graças ao seu governo gastador e à recusa dos seus cidadãos em pagar seus impostos. Mas a Espanha e a Irlanda tinham dívidas públicas reduzidas e em 2006 e 2007 obtiveram superávits. A Itália há muito tempo tem uma grande dívida pública, mas razoavelmente estável; seu déficit orçamentário está entre os menores da zona do euro.

Estes países tem finanças públicas mais

fracas do que os países do centro, mas não porque seus governos simplesmente gastam mais. Nem, em especial nos casos da Espanha e da Itália, sua fraqueza é tão grande que explique a agitação do mercado em torno dos riscos de não pagamento da dívida.

Nesse sentido, o que se coloca aqui, segundo a revista *The Economist*, é um problema de julgamento errado: acreditar que os gastos desenfreados são o problema e que políticas de austeridade são a solução. Visto que esses gastos são recorrentes nesses países, e nunca geraram uma crise tão séria quanto esta.

Um diagnóstico, ainda segundo a revista *The Economist*, alternativo explica o caos contínuo apontando que um pressuposto implícito por trás da integração financeira europeia tem sido revogado, e ninguém sabe o que assumir em seu lugar. Esse pressuposto é o do não salvamento dos países em dívida.

O projeto do Euro foi fundado em uma regra que não haveria salvamento de dívidas dos governos. Mas o que se desenvolveu no decorrer do tempo não contemplou este pressuposto. Agora, a zona do Euro encontra-se num dilema em adotar firmemente o que seu tratado prevê ou repensar por completo a integração econômica europeia.

Os governos europeus se depararam em uma situação em que agir errado e não agir levarão, fatalmente, ao desmembramento de um processo de integração que se arrasta por quase meio século.

Referência

BBC

<http://www.bbc.co.uk/news/business-14913517>

<http://www.bbc.co.uk/news/business->

[11743952](#)

D-W

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,509821,00.html>

PressEurop

<http://www.pressEurop.eu/pt/content/press-review/944401-Euro-desenha-se-o-pior-cenario>

RTP

<http://www.rtp.pt/noticias/?t=Merkel-recusa-possibilidade-de-incumprimento-da-Grecia.rtp&article=478359&visual=3&layout=10&tm=6>

The Economist

<http://www.economist.com/blogs/charlemagne/2011/09/Euro-crisis>

<http://www.economist.com/node/21528629>

<http://www.economist.com/node/21528639>

<http://www.economist.com/node/21529087>

UOL Economia

<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/09/20/divida-da-grecia-chegara-a-189-de-seu-pib-em-2012-segundo-fmi.jhtm>

Palavras chave: Europa, União Europeia, Euro, Crise, Grécia, Itália, Alemanha, França.

G-20: Formação, evolução e posição de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil

Documento de Trabalho

Leonardo Ramos

Javier Vadell

Ana Saggioro

Márcia Fernandes

15 de Outubro de 2011

Diante do atual cenário internacional, ainda marcado pelos efeitos da crise financeira de 2008, é necessário entender a evolução e o papel dos principais atores que buscam encontrar saídas para os desafios impostos por tal crise. A atual conjuntura internacional evidencia que soluções para tais desafios não serão alcançadas sem que exista uma articulação entre as tradicionais potências capitalistas e os chamados países emergentes que constituem o grupo do G-20. Porém, no interior deste grupo, alguns países apresentam um papel de maior destaque e por isso faz-se necessário um entendimento sobre seus objetivos e metas defendidos nas cúpulas do G-20. Assim, este texto informativo, além de uma breve contextualização do G-20, se dedicará à apresentação das posições de quatro países do G-20 cuja atuação é fundamental para a reconfiguração da ordem econômica mundial, a saber: Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. Este texto informativo é parte das atividades desempenhadas pelo Grupo de Pesquisa em Potências Emergentes, produzido a pedido da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Neste sentido, seguirá a seguinte estrutura: em primeiro lugar será feita uma breve contextualização do G-20 e de seu processo de mudança desde a crise de 2008. Em seguida, serão apresentadas as posições, com relação às cúpulas do G-20, de quatro países fundamentais para o processo de reconfiguração da ordem econômica mundial e, mais especificamente, para o G-20, a saber, Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. Por fim, serão feitas algumas considerações finais a partir de tais elementos.

O contexto de formação do G-20 pode ser considerado quando ocorreu a crise financeira asiática, em que as potências capitalistas ocidentais reconheceram que era necessário promover uma integração com os países emergentes para conter tal crise. Atualmente, o G-20 ganha maior destaque em um novo cenário de crise, porém que se iniciou nas próprias potências capitalistas, que se perceberam ainda mais enfraquecidas para solucionar a atual crise financeira. Assim sendo, o G-20 emerge como um grupo de maior relevância no cenário internacional onde as opiniões de países emergentes passam a ser ouvidas com maior atenção do que em épocas anteriores. Porém, o G-20 também emerge como um grupo marcado por diferentes objetivos entre seus membros e,

consequentemente, por diferenças em relação à implementação das decisões tomadas nas cúpulas do grupo. Assim sendo, torna-se essencial conhecer o processo de formação do G-20 para que se possa compreender as divergências e congruências entre seus principais membros e, consequentemente, avaliar a atual capacidade de atuação do grupo.

G-20: O processo de formação

Embora discussões sobre o estabelecimento de um locus de discussão na área financeira que incluísse o G-10 mais alguns dos principais países em desenvolvimento remeta ao encontro dos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G-7 em Halifax, 1995 (MARTINEZ-DIAZ, 2007), suas origens diretas datam da crise asiática em 1997-1998. Um elemento fundamental da crise

dizia respeito a questões de caráter doméstico, como o setor bancário, por exemplo. Em última instância, a crise asiática explicita algo que já emergia desde meados dos anos 1990, com a crise do México, a saber, o fato de que as questões relacionadas ao sistema financeiro global não poderiam ser resolvidas direta e exclusivamente pelo G-7, sendo fundamental assim incorporar os países "em desenvolvimento" ou "emergentes" em tais processos. Duas questões que se colocavam neste contexto eram: como e quem.

Em função da crise asiática e de seus desdobramentos houve várias articulações por parte dos ministros de finanças do G-7 antes da reunião de Colônia. Grande parte de suas decisões acerca das reformas que se faziam necessárias – e que formaram a base das propostas encaminhadas à cúpula de Colônia – derivavam de relatórios elaborados previamente pelo G-22, um grupo informal articulado pelos Estados Unidos e que reunia países asiáticos e em desenvolvimento envolvidos na crise. Dentre os elementos principais presentes na proposta apresentada em Colônia – em especial no que concerne ao fortalecimento e reforma das instituições financeiras internacionais – destacam-se (a) a criação do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF); (b) a formalização do comitê interino do FMI como Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC); (c) a proposta de criação de um mecanismo informal entre os países mais relevantes para a economia mundial, tendo como base o G-22. Não obstante, em função de seu viés para a região do Pacífico, os europeus resistiram a tal ideia e tal questão não foi resolvida em Colônia.

Em suma, a ideia de G-20 não era a única possibilidade possível nem era consensual entre os atores envolvidos naquele processo. Como fica claro a partir do que foi decidido na cúpula de Colônia do G-8, outras possibilidades foram trabalhadas na tentativa de ampliar o debate e o

diálogo para os países em desenvolvimento. Uma primeira opção era a ampliação do Banco para Compensações Internacionais (BIS), incluindo tais países. Não obstante, neste caso tal ampliação poderia não surtir o efeito almejado dado o escopo e foco restrito e técnico dos comitês do BIS, liderados essencialmente pelos presidentes de banco central. Outra opção era o Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC), ligado ao FMI, cujo papel era aconselhar os membros do FMI no que dizia respeito à gestão do sistema financeiro mundial. O problema do IMFC era seu grau de formalidade, e o fato do FMI ter uma influência muito grande na agenda e nas declarações de tal Comitê. Além disso, existia a questão da representatividade: por estar diretamente ligado ao FMI, havia no IMFC uma baixa representatividade dos países asiáticos e um excesso de países europeus, o que incomodava particularmente os Estados Unidos. Neste sentido, a ideia era manter o FMI com um papel relevante no processo sem, contudo, ser o fórum privilegiado para discutir tais questões.

Uma primeira alternativa buscada foi o G-22 ou *Willard Group* criado em 1998. Tal grupo foi criado pelos Estados Unidos e era composto por ministros de finanças e presidentes de bancos centrais de países desenvolvidos e em desenvolvimento¹. Algumas reuniões foram feitas e, neste contexto, surgiu em 1999 a proposta de expansão do G-22 para um G-33, que incorporaria principalmente países do Oriente Médio, África e Europa².

Neste processo algumas insatisfações

¹ O grupo era composto por Canadá, França, Itália, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Reino Unido (ou seja, o G-7), Argentina, Austrália, Brasil, China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, México, Polônia, Rússia, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul e Tailândia.

² Foram assim incluídos os seguintes países: Bélgica, Chile, Costa do Marfim, Egito, Marrocos, Holanda, Arábia Saudita, Espanha, Suécia, Suíça e Turquia.

ganharam destaque. Primeiro, no que diz respeito à necessidade, segundo alguns, de que tais reuniões fossem mais constantes, nos moldes do que ocorria com o G-7; segundo, devido à insatisfação com relação ao número de participantes do processo, o que dificultaria significativamente o estabelecimento de um diálogo informal entre os países nas questões relacionadas ao sistema financeiro mundial. Neste sentido foi então estabelecido o G-20³, um grupo mais permanente – embora informal – no encontro de ministros de finanças do G-7 em setembro de 1999. A ideia era estabelecer um fórum deliberativo, que trabalhasse com base no consenso de seus membros (KIRTON, 2005). Embora estivesse intimamente ligado à crise asiática do final dos anos 1990, também refletia mudanças significativas pelas quais a economia mundial vinha passando nas últimas décadas: a crescente inabilidade do sistema G-7/8 de solucionar questões específicas da governança financeira global, como ficou claro com relação à cúpula de Halifax, de 1995, e a crise do México de 1994; à cúpula de Birmingham, de 1998, e a crise asiática de 1997; e à cúpula de Áquila, de 2009, e a crise de 2008, por exemplo, aponta para a necessidade de se incorporar os ditos países emergentes em tais processos. Neste sentido, uma vez que as atenções são voltadas para a economia política global desde os anos 1970, é possível perceber a crescente relevância destes atores em termos de representatividade:

³ Fazem parte do G-20: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia. Além disso, o diretor do FMI, o presidente do Banco Mundial, o presidente do Banco Central Europeu e o responsável pelo IMFC e pelo Comitê de Desenvolvimento do FMI tem status de observador no G20.

Produto	Interno	Bruto	em		
comparação ao total mundial					
	1970	1980	1990	2000	2008
G8	71%	64%	68%	66%	55%
G20⁴	83%	78%	80%	81%	76%
O5	8%	9%	7%	10%	14%
G20 sem G8	12%	14%	12%	15%	21%

Fonte: UNSTATS

Nota-se, assim, uma significativa ascensão do “resto” (AMSDEN, 2004) desde os anos 1970 em contraposição a uma diminuição da participação dos países do G-8 na economia mundial. Em suma, o que se percebe é uma crescente relevância dos países emergentes para o funcionamento da economia política global, o que faz com que sua inclusão em certos mecanismos de governança a partir do final dos anos 1990 se torne algo cada vez mais impreterível.

O G-20 foi criado, inicialmente como uma reunião de ministros de finanças, que teve um papel relevante nos processos e deliberações após a crise asiática. Não obstante, um momento fundamental para tal agrupamento de países ocorreu após a crise de 2008, quando o G-20 passou por um significativo processo de inflexão. Em 2008, em um momento no qual se apresentava um processo de esgotamento do papel e do propósito do G-20, tendo em vista a distância que se encontrava a crise para o qual ele fora criado, ocorreu uma nova crise, desta vez com características distintas: uma crise não mais nos países em desenvolvimento como as anteriores, mas no centro e com proporções e desdobramentos mais amplos. Essa crise acentuou a noção de que estamos em meio a um processo de mudança da ordem mundial. Neste contexto foi dado um novo impulso ao G-

⁴ G-20 sem União Européia.

20, em larga medida pelas mesmas razões que levaram à sua criação: a necessidade de incorporação do “resto” tendo em vista a tentativa de construção de uma saída da crise. Neste sentido o G-20 se reconfigura em termos mais robustos, passando a ocorrer, além da reunião de ministros de finanças, também uma reunião dos líderes de tais países.

Porém, sua legitimidade ainda é frágil, se considerarmos, dentre outras coisas, a exclusão de todos os demais países (20 países frente aos mais de 190 existentes hoje) também afetados por suas decisões. Apesar desse movimento de inclusão parcial do “resto”, podendo indicar uma tendência à maior democratização dos fóruns de coordenação e decisão sobre a economia mundial, nota-se que um dos fatores impulsores desse fenômeno é a crescente incapacidade dos Estados Unidos e dos países centrais de guiar as saídas das crises. A inclusão dos principais países com economias emergentes nas instâncias de decisão mundial ocorre de modo a dividir o peso e a responsabilidade de saída da crise econômica mundial, mas sem alterar fundamentalmente as regras, normas e valores existentes. Buscam-se, assim, ajustes e acomodações, reformando as estruturas de governança global, porém ainda mantendo, em boa medida, a ordem liberal ocidental que os Estados Unidos criaram e defenderam nas últimas décadas.

As cúpulas a partir de 2008

Em 15 de novembro de 2008 ocorreu a primeira cúpula de líderes do G-20, que tendo como pano de fundo e causa fundamental a crise iniciada no mesmo ano, buscava “restaurar o crescimento global” (G-20, 2008, §1), objetivo este que estaria presente em todas as cúpulas seguintes. Neste sentido, desde a cúpula de Washington um ponto central era

uma visão compartilhada de que os

princípios do mercado, o comércio aberto e os regimes de investimento e mercados financeiros efetivamente regulados promovam dinamismo, inovação e empreendedorismo, que são essenciais para o crescimento econômico, o emprego e a redução da pobreza (*Ibidem*, §2).

O diagnóstico acerca das causas subjacentes da crise era bem definido: a falta de mecanismos regulatórios suficientes para o setor das finanças no âmbito mundial assim como a falta de uma política de coordenação macroeconômica clara entre as maiores economias do mundo – desenvolvidas e emergentes – deveriam ser objeto das atenções dos países no processo de superação da crise. Neste sentido, em Washington temas como o uso de medidas fiscais para estimular a demanda interna – desde que mantida uma “política que conduza à sustentabilidade fiscal” –, auxílio às economias emergentes, fortalecimento da transparência e responsabilidades das instituições financeiras privadas – e associado a este processo um fortalecimento dos regimes regulatórios, o que também ajudaria a combater o processo de lavagem de dinheiro – foram destacados, mas ainda sem uma indicação explícita acerca das políticas que seriam adotadas neste sentido (*Ibidem*, §7).

Além disso, foi discutida a questão da necessidade da reforma e capitalização das instituições financeiras mundiais, para que estas “possam refletir de maneira mais adequada as mudanças nos pesos econômicos da economia mundial, a fim de aumentar sua legitimidade e eficácia”. Neste caso duas questões merecem destaque: primeiro, a ênfase dada ao FMI como um ator relevante neste processo, mas que necessita de passar por uma adequação face às mudanças ocorridas na economia política global nas últimas décadas; segundo, a ênfase dada na necessidade de reforma do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), para que este passasse a ter uma representatividade

maior (*Ibidem*, §9).

É importante perceber neste contexto que, se por um lado há um reconhecimento de que certas mudanças se fazem necessárias, por outro há, explicitamente, uma reafirmação dos pontos fundamentais do modelo neoliberal:

Reconhecemos que essas reformas só serão bem sucedidas se baseadas em um compromisso de princípios de livre mercado, incluindo a legislação e a regulamentação, o respeito pela propriedade privada, livre comércio e investimento, mercados competitivos e sistemas financeiros eficientes e regulados efetivamente. Esses princípios são essenciais para o crescimento e a prosperidade econômica e têm retirado milhões de pessoas da pobreza e elevaram significativamente o padrão de vida global. Reconhecendo a necessidade de aperfeiçoar a regulação do setor financeiro, precisamos evitar o excesso de regulação que dificulta o crescimento econômico e agrava a contração dos fluxos de capital, inclusive para os países em desenvolvimento (*Ibidem*, §12).

Na medida em que a crise se mostrava cada vez mais disseminada e de difícil combate por cada Estado de maneira individual, na cúpula de Londres, em abril de 2009, foi reafirmado que “uma crise global exige uma solução global” (*Idem*, 2009a, §2). Da mesma forma, neste contexto de crise os postulados neoliberais foram reafirmados: “acreditamos que o único alicerce seguro para a globalização sustentável e para a prosperidade crescente para todos é uma economia mundial aberta baseada em princípios de mercado, regulação eficaz e instituições globais robustas” (*Ibidem*, §3).

Algumas questões que passariam a compor as declarações do G-20 começaram a ganhar um espaço a partir de Londres, com destaque para a necessidade de garantir uma retomada dos empregos. Neste processo, medidas excepcionais, desde que assegurada a “sustentabilidade fiscal de longo prazo e a

estabilidade de preços” seriam medidas importantes no processo de geração de empregos (*Ibidem*, §11).

Segundo os países do G-20, haveria a necessidade de restaurar a confiança no setor financeiro através do desenvolvimento de um marco regulatório e de supervisão mais eficaz. Isso seria fundamental para garantir a “disciplina de mercado” e “apoiar a competição e o dinamismo” (*Ibidem*, §14). Buscando avançar neste sentido, em Londres foi adotada a Declaração Reforçando o Sistema Financeiro, que dentre outras questões destaca a criação do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) em substituição ao Fórum de Estabilidade Financeira (FSF). Enquanto este contava apenas com os países do sistema G-7, aquele inclui os países do G-20, ex-membros do FSF, Espanha, e a Comissão Europeia. Ora, em um contexto de crise como o daquele período, ficava claro que, para que uma reforma efetiva do sistema financeiro mundial pudesse ser implementada, era fundamental a inclusão dos países emergentes em vários fóruns e espaços de deliberação.

Tal fórum deveria operar em conjunto com o FMI, que em Londres foi capitalizado, juntamente com outras instituições financeiras, em cerca de US\$850 bilhões adicionais. Tais recursos tinham o objetivo de

(...) apoiar o crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento, ajudando a financiar gastos anti-cíclicos, recapitalização de bancos, infra-estrutura, financiamento ao comércio, apoio ao balanço de pagamentos, rolagem de dívidas e apoio social (*Ibidem*, §17).

Além disso, menção foi feita novamente à necessidade de reformar as instituições financeiras mundiais com o intuito de prevenir crises futuras e fortalecer tanto a relevância quanto a legitimidade de tais instituições. Neste sentido, foi acordada a reforma das cotas do FMI e, em especial, enfatizada a necessidade de que fosse

concluída a revisão das cotas até janeiro de 2011. No tocante ao Banco Mundial, também foi acordada a implementação das reformas discutidas e aprovadas em outubro de 2008 (*Ibidem*, §20). Por fim, a partir de Londres a questão do desenvolvimento dos países de baixa renda começou a ganhar um espaço maior nos documentos, juntamente com as questões relacionadas aos Objetivos do Milênio. Neste sentido, referência direta foi feita aos compromissos firmados anteriormente no âmbito do sistema G-7/8 com relação a tais questões.

Quando da cúpula de Pittsburgh, nos dias 24 e 25 de setembro de 2009, a economia mundial dava sinais de estabilidade dos mercados financeiros e de interrupção da queda das atividades econômicas. Neste sentido, menção foi feita a tal questão na cúpula no intuito não apenas de gerar uma estabilidade ainda maior nos mercados financeiros, mas também no sentido de manter a cooperação entre os países do G-20. Além disso, neste contexto destaque foi dado mais uma vez à necessidade de, assim que possível, retirar a intervenção extraordinária dos Estados da economia “mantendo (...) o compromisso para com a responsabilidade fiscal” (*Idem*, 2009b, §10; 2009c, §2).

Em Pittsburgh ênfase foi dada no fato de que a recuperação da economia mundial demandaria certa colaboração em termos de políticas macroeconômicas, bem como o combate às práticas abusivas do mercado. Neste sentido, houve em tal cúpula um comprometimento de que seriam desenvolvidas,

(...) até o final de 2010, normas acordadas internacionalmente para melhorar tanto a quantidade como a qualidade do capital bancário e desencorajar a alavancagem excessiva (*Idem*, 2009c, §13).

Embora as normas não tenham sido desenvolvidas, avanços neste sentido são identificáveis em Seul (*Idem*, 2010f).

Começa em Londres uma preocupação com as instituições financeiras sistemicamente importantes. Em Pittsburgh tal questão foi abordada e decidido que até o final de 2010 mais detalhes das resoluções internacionais para lidar com tal questão deveriam ser desenvolvidas (*Idem*, 2009c, §13). Além disso, neste contexto também foi discutida a questão dos paraísos fiscais, da corrupção, da lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo e da necessidade do aprofundamento dos meios de combate a tais questões.

Dando prosseguimento ao que foi colocado na cúpula anterior acerca da necessidade de reforma do FMI, os países do G-20 se comprometeram em transferir pelo menos 5% das cotas de participação aos países emergentes e em desenvolvimento. Além disso, no tocante ao Banco Mundial, foi enfatizada a necessidade deste focar nas questões de segurança alimentar, segurança e desenvolvimento humano, apoio ao crescimento e ao investimento em infraestrutura nos países mais pobres e apoio ao financiamento para uma transição para uma economia verde (*Ibidem*, §21 e §24). No que concerne às questões de segurança energética e mudança climática, foi solicitado a algumas instituições – AIE, OPEC, OCDE e Banco Mundial – um estudo sobre os subsídios energéticos, que deveria ser apresentado na próxima cúpula do G-20. Com relação à questão da segurança alimentar, foi destacada a iniciativa anunciada na cúpula do G8 em L'Aquila bem como os “esforços para implementar a Parceria Global para Agricultura e Segurança Alimentar” (*Ibidem*, §39).

No que diz respeito à questão do emprego, percebe-se um momento de inflexão em Pittsburgh. Nesta ocasião, não só é dado destaque a esta questão como também é enfatizada

a relevância da Conferência de Londres sobre Empregos e da Cúpula Social de Roma (...), [da] recém-

adotada Resolução da OIT sobre Recuperação da Crise: um Pacto de Empregos Globais.

Além disso, os países do G-20 se comprometeram

a adotar elementos-chave de seu marco de trabalho geral para avançar na dimensão social da globalização. As instituições internacionais deverão considerar os padrões da OIT e os objetivos do Pacto de Empregos em suas análises da crise e pós-crise, e em suas atividades de elaboração de políticas (*Ibidem*, §46).

Ainda neste contexto, foi convocada uma reunião dos Ministros do Emprego e do Trabalho para o início de 2010, com o objetivo de desenvolverem a discussão a partir da reunião Ministerial da OCDE de Emprego e Trabalho sobre a crise de empregos que ocorreria antes daquela reunião.

Na cúpula de Toronto, nos dias 26 e 27 de junho de 2010, foi reafirmada a relevância do G-20 como fórum privilegiado de discussão das questões concernentes à economia global e à reestruturação da arquitetura financeira global, bem como os êxitos que teriam sido alcançados a partir das decisões tomadas nas cúpulas do G-20 desde 2008. Contudo, destacam-se as questões ainda não resolvidas, como a recuperação desigual e ainda frágil dos países, a permanência dos índices de desemprego em alguns países e o impacto social da crise. Em especial, ênfase foi dada à questão da sustentabilidade fiscal, tendo em vista as preocupações que emergiram a partir da crise na Europa, que atingiu Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e, de maneira mais aguda, a Grécia. As economias avançadas se comprometeram assim com a adoção de políticas de ajuste fiscal com o objetivo de diminuir ao menos pela metade seu déficit fiscal até 2013 e reduzir a relação dívida - PIB até 2016.

Assim como nas cúpulas anteriores, foi reafirmada a importância de manter os mercados abertos e de se combater o

protecionismo, dando à OMC, OCDE e UNCTAD o papel de monitorar as políticas dos Estados e suas políticas com relação ao livre comércio. Ora, de acordo com o G-20, o livre comércio tem um papel central para o crescimento global e para a criação de empregos. Neste sentido, foi solicitado à OCDE, OIT, Banco Mundial e OMC um relatório com os benefícios do livre comércio para o emprego e para o crescimento em Seul.

Ainda no tocante à questão do emprego, foram mencionadas as recomendações feitas pelos ministros do trabalho do G-20 que se encontraram em abril de 2010 (G-20 LABOR AND EMPLOYMENT MINISTERS, 2010) bem como as articulações existentes entre OCDE e OIT nesta questão. Mas como colocado antes, nas cúpulas anteriores, o foco se deu no crescimento, uma vez que, segundo a perspectiva então prevalecente,

aumentar o crescimento global (...) é o passo mais importante que podemos dar na melhora da vida de nossos cidadãos, incluindo aqueles nos países mais pobres (G-20, 2010a, §9).

Em Toronto foi colocado que países com economias deficitárias devem aumentar a poupança interna enquanto mantém os mercados abertos e aumentam sua competitividade de exportação. Países superavitários, por sua vez, devem empreender reformas para reduzir sua dependência da demanda externa buscando, assim, fontes domésticas para seu crescimento. Além disso, países emergentes superavitários devem

aumentar a flexibilidade da taxa de câmbio buscando refletir assim seus fundamentos econômicos subjacentes (...). Taxas de câmbio orientadas pelo mercado que refletem os fundamentos econômicos subjacentes contribuem para a estabilidade econômica global (*Idem*, 2010b, §12).

Destaca-se neste ponto a “guerra cambial” entre China e EUA, que continuaria tendo repercussões para a próxima cúpula.

Foi enfatizada também a necessidade de se implementar reformas estruturais nos países do G-20 que garantam o crescimento de tais países. A agenda de reforma possui quatro pilares, que em larga medida reproduzem e aprofundam questões que vinham, de uma forma ou de outra, sendo discutidas no âmbito do G-20 desde a cúpula de Washington em 2008: fortalecimento do marco regulatório, baseado no novo regime global para liquidez e capital bancário desenvolvido pelo Comitê da Basileia de Supervisão Bancária (BCBS); criação de mecanismos de supervisão efetiva, com destaque para o papel do FSB e do FMI neste processo; implementação de um sistema para lidar com situações de instituições em crises financeiras, sem que isso gere ônus para os contribuintes em geral, reduzindo, assim, o risco moral e, por fim, transparência internacional, com destaque para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Assim como nas cúpulas anteriores, no que concerne às instituições financeiras mundiais, foi dada ênfase na necessidade de fortalecer a legitimidade, a credibilidade e a efetividade das mesmas, em especial o FMI e os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) – neste caso, destaque para o Banco Mundial. Em Pittsburgh houve um comprometimento de aumento do capital dos BMDs, o que ocorreu em Toronto (com um aumento de US\$350 bilhões, o que significa um aumento dos empréstimos destes bancos de US\$37 bilhões para US\$71 bilhões por ano (Tabela 4.7). Foi também endossada a reforma do Banco Mundial, que aumentou o poder de voto dos países em desenvolvimento em 4,59%, além do reforço da necessidade de completar o processo de reforma das cotas do FMI até a cúpula seguinte, em Seul.

Aumento do capital dos Bancos Multilaterais de Investimento (BMD)

BMD	Aumento de capital	Empréstimos anuais antes da crise ⁵ (em US\$ bilhões)	Empréstimos anuais após a crise ⁶ (em US\$ bilhões)
AfDB ⁷	200%	US\$1,8	US\$6
AsDB ⁸	200%	US\$5,8	US\$10
EBRD ⁹	50%	US\$5,3	US\$11
BID ¹⁰	70%	US\$6,7	US\$12
BIRD ¹¹	30%	US\$12,1	US\$15
IFC ¹²	-	US\$5,4	US\$17
Total	85%	US\$37	US\$71

Fonte: G-20, 2010a, §25; 2010d, §5

Em função dos problemas relacionados ao desemprego, na cúpula de Seul, nos dias 11 e 12 de novembro de 2010, foi dado destaque a tal questão, bem como à necessidade de acelerar o crescimento – e em especial nos países de baixa renda. Neste sentido foi destacada a importância do livre comércio e da abertura de mercados para o crescimento e o emprego, conforme relatório conjunto da OCDE, OIT, OMC e Banco Mundial (OCDE, OIT, Banco Mundial e OMC, 2010) bem como foi divulgado o Plano de Ação de Seul. Este incluía acordos na área de políticas macroeconômicas, como consolidação fiscal onde fosse necessário, estabelecimento de sistemas de taxas de câmbio mais orientadas pelo mercado – refletindo assim os fundamentos econômicos subjacentes – e a abolição de

⁵ 2000-2008.

⁶ 2012-2020.

⁷ Banco de Desenvolvimento Africano.

⁸ Banco Asiático de Desenvolvimento.

⁹ Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento.

¹⁰ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

¹¹ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – parte do grupo do Banco Mundial.

¹² Corporação Financeira Internacional – parte do grupo do Banco Mundial.

desvalorizações competitivas das moedas; implementação de reformas estruturais que estimulem e sustentem a demanda global, promovam a criação de empregos e aumentem o potencial de crescimento. Tal plano dizia respeito a ações políticas em cinco áreas específicas. A primeira se refere às políticas monetárias e cambiais, reafirmando a importância da estabilidade dos preços e de um movimento para um sistema de taxas de câmbio determinadas pelo mercado, o que refletiria os fundamentos econômicos subjacentes dos países e evitaria, assim, desvalorizações competitivas das moedas. A segunda se refere às políticas comerciais e de desenvolvimento, reafirmando o comprometimento com o livre comércio e livre investimento – reafirmando também, assim, a importância da conclusão da Rodada Doha. Na verdade, na medida em que os países em desenvolvimento ocupam um espaço cada vez maior no comércio internacional, os objetivos de crescimento, desenvolvimento e livre comércio se encontram cada vez mais conectados. Neste sentido, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e de baixa renda demanda algumas políticas que resolvessem os seguintes gargalos:

Infra-estrutura, desenvolvimento de recursos humanos, comércio, investimento privado e criação de empregos, segurança alimentar, crescimento estável, inclusão financeira, mobilização de recursos domésticos e compartilhamento de conhecimento (G-20, 2010f, §7);

A terceira área diz respeito às políticas fiscais, que deverão ser aplicadas conforme acordado em Toronto, mas respeitando as circunstâncias de cada país. A quarta área é referente às reformas financeiras, ou seja, ao desenvolvimento de novos padrões, nacionais e internacionais, para regulamentar a liquidez e o capital bancários, com destaque para aquelas instituições “muito grandes para quebrar”. Por fim, a quinta área diz respeito às reformas estruturais:

buscando garantir um aumento sustentável da demanda global e a criação de empregos, foi acordada a adoção de reformas do mercado para simplificar a regulação, reduzir as barreiras regulatórias e aumentar a produtividade. Junto a este processo seriam também necessárias reformas do mercado de trabalho e no desenvolvimento de recursos humanos; reforma nos sistemas de tributação, para aumentar a produtividade e os incentivos ao investimento; inovações visando o desenvolvimento sustentável; reformas para fortalecer as redes de proteção social; investimento em infra-estrutura para resolver certos gargalos estruturais e garantir a manutenção do crescimento.

Nestas reformas, foram chamados, em função de sua expertise, FMI, OCDE, Banco Mundial e OIT. É interessante perceber a menção feita, em tal plano de ação, às questões relacionadas às taxas de câmbio. Além do problema já identificado por alguns com relação ao valor do Yuan e seu impacto na economia mundial, na véspera da cúpula de Seul o Fed anunciou que, nos oito meses seguintes, irrigaria a economia estadunidense com US\$600 bilhões. Em última instância, o G20 não resolveu tal questão, mas apenas estabeleceu certos mecanismos para lidar com a mesma na primeira metade de 2011, mediante o Processo de Avaliação Mútua (MAP) acordado em Seul.

Dando sequência no que já vinha sendo objeto de discussão em Pittsburgh e Toronto, em Seul foi acordado uma mudança na política de cotas do FMI. Foi também reafirmado o papel de destaque deste na reconstrução da arquitetura financeira mundial: para tal, seria necessário o aumento da capacidade de vigilância do FMI, bem como de seus dispositivos e linhas de crédito visando assim à construção de um sistema monetário internacional mais estável. Neste processo, FSB e BCBS também seriam centrais, mediante o estabelecimento de limites para a

alavancagem dos bancos; no caso do FSB, foi destacada a necessidade de uma maior articulação deste com o FATF no combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Distribuição de cotas – FMI

Ano	2009		2010*	
Cota/Voto	Cotas	Votos	Cotas	Votos
EUA	17,09%	16,74%	17,41%	16,48%
Reino Unido	4,94%	4,85%	4,22%	4,02%
Japão	6,12%	6,01%	6,46%	6,14%
Canadá	2,93%	2,88%	2,31%	2,21%
França	4,94%	4,85%	4,22%	4,02%
Itália	3,24%	3,19%	3,16%	3,02%
Alemanha	5,98%	5,87%	5,59%	5,31%
Federação Russa	2,73%	2,69%	2,71%	2,59%
Total G8	47,97%	47,08%	46,08%	43,79%
Brasil	1,40%	1,38%	2,32%	2,22%
África do Sul	0,86%	0,85%	0,64%	0,63%
China	3,72%	3,65%	6,39%	6,07%
Índia	1,91%	1,88%	2,75%	2,63%
México	1,45%	1,43%	1,87%	1,80%
Total G5	9,34%	9,19%	13,97%	13,35%
Indonésia	0,96%	0,95%	0,96%	0,95%
República da Coreia	1,35%	1,33%	1,80%	1,73%
Argentina	0,97%	0,96%	0,67%	0,66%
Arábia Saudita	3,21%	3,16%	2,10%	2,01%
Turquia	0,55%	0,55%	0,98%	0,95%
Austrália	1,49%	1,47%	1,38%	1,33%
Total G20 (sem UE)	65,84%	64,69%	67,94%	64,77%

Fonte: FMI

*Decidido em novembro de 2010, mas será implementado apenas em 2012.

Em consonância com as questões levantadas em Toronto, foi acordado em Seul o chamado “Consenso de Seul”, no qual se destacam os seguintes princípios: importância do crescimento econômico inclusivo e sustentável para a redução da pobreza e desenvolvimento dos países de baixa renda; ausência de uma única fórmula para o desenvolvimento. Assim, os países devem trabalhar como parceiros,

respeitando as políticas adotadas e desenvolvidas domesticamente como fundamentais para o êxito da estratégia de desenvolvimento; as ações devem priorizar questões globais ou regionais que demandam ações coletivas e possuam o potencial para gerar um impacto de transformação; ênfase no papel do setor privado na geração de empregos e riqueza, e neste sentido na criação de um ambiente que gere possibilidades para a expansão e para o investimento privados; maximizar as possibilidades de complementaridade na busca pelo desenvolvimento, dando ênfase para as áreas nas quais o G-20 possua vantagem comparativa e possa, assim, agregar no processo de crescimento sustentável e, por fim, o foco nos resultados tangíveis de impacto significativo para remoção dos obstáculos ao crescimento dos países em desenvolvimento, em especial os de baixa renda (G20, 2010g).

Neste processo, o Consenso de Seul destaca alguns pilares para que realmente seja possível superar os gargalos existentes e, assim, garantir um crescimento inclusivo e sustentável nos países em desenvolvimento. Dentre eles destacam-se (a) a ênfase na necessidade de investimentos em infra-estrutura; (b) desenvolvimento de recursos humanos, (c) liberalização do comércio; (d) incentivo ao investimento privado para criação de empregos; (e) segurança alimentar; (f) crescimento com proteção social; (g) inclusão financeira; (h) mobilização de recursos domésticos; (i) compartilhamento de conhecimento.

Por fim, certo processo de *outreach* do G-20 é percebido, na medida em que há menção explícita à cúpula de negócios que ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro também em Seul (*Seoul G-20 Business Summit*) assim como à necessidade de ampliar as relações do G-20 com organizações internacionais, sociedade civil, sindicatos e universidades – bem como decisões acerca do processo de convite a países não-membros do G20 (G-

20, 2010f, §73).

Posição dos Estados Unidos

Em Washington (2008), os Estados Unidos se posicionaram com desconfiança com relação aos planos de elaboração de uma nova ordem regulatória. Assim como o FMI, os Estados Unidos pressionaram os países a assumirem grandes déficits orçamentários, cortando impostos e incentivando o consumo. O grande problema em Washington era o fato do presidente americano George W. Bush ter menos de três meses na presidência e não pode comprometer os Estados Unidos além desse prazo, ao passo que o presidente eleito, Barack Obama, não tinha poderes para assumir grandes reformas econômicas em nível mundial.

Já em Londres (2009), os Estados Unidos buscaram influenciar os demais países do G-20 a implementarem programas de estímulo de pelo menos 2% do PIB. Não obstante, os países europeus – incluindo França e Alemanha – defenderam uma maior regulamentação financeira, e não o aumento dos gastos. Informalmente, buscaram construir um compromisso com China e França acerca dos paraísos fiscais. Neste contexto, duas questões merecem destaque: primeiro, que tais diferenças de posicionamento entre Europa e Estados Unidos foram, em larga medida, acomodadas pela administração do presidente Obama – em uma clara mudança com relação à postura anterior do governo George W. Bush. Segundo, foi colocada, por vários analistas, a emergência de um possível “G-2” dentro do G-20, entre Estados Unidos e China.

Em Pittsburgh, as autoridades americanas e europeias insistiram para que os membros do G-20 assumissem novas responsabilidades. Assim, instavam as autoridades econômicas das potências emergentes a se envolverem mais na concepção de um novo ordenamento econômico mundial.

Em Toronto, os líderes dos países mais desenvolvidos do G-20, incluindo os Estados Unidos, se comprometeram a reduzir pela metade seu déficit nos próximos três anos – desde que tal medida não coloque em risco sua recuperação econômica bem como a recuperação econômica mundial. Em tal cúpula os Estados Unidos – juntamente com Brasil e outros emergentes – não conseguiram convencer as grandes economias europeias, em especial a Alemanha, a manterem suas políticas fiscais expansionistas para sustentar a retomada do crescimento mundial. Não obstante, na declaração final da reunião, há uma clara mudança de tom em relação aos documentos anteriores, com mais ênfase no crescimento, e não no ajuste fiscal. É algo bem diferente da posição “fiscalista” da reunião de ministros da Fazenda do G-20 no começo do mês em Busan, na Coreia do Sul. Além disso, é interessante perceber que as potências emergentes mostram-se cada vez menos inclinadas a aceitar limitações vistas como ingerência estadunidense ou europeia.

Em Seul, o presidente dos Estados Unidos reafirmou a necessidade dos países com superávit em conta corrente – o que inclui China e Alemanha –, aumentarem a sua demanda doméstica, em vez de depender das exportações para se recuperar. Com relação aos próprios EUA, as atas do Federal Reserve analisavam sua política monetária de maneira autônoma, o que explica a política de criação de liquidez. Com o apoio de Estados Unidos e Alemanha, foi colocado no documento preliminar a necessidade de ampliar o compromisso para que os membros do G-20 também “não adotem medidas que freiem a valorização de moedas justificadas pelos fundamentos do mercado”.

Clara referência à política cambial chinesa. A China demandou a exclusão de tal frase e o Brasil a colocou em colchetes, o que expressa a ausência de acordo com relação a tal questão. Neste mesmo contexto, o

Brasil insistia para os emergentes terem reconhecido o direito de impor "medidas macroprudenciais", a outra maneira de mencionar controle de capital, para frear fluxo excessivo de recursos em suas economias. Mas outros países, incluindo os Estados Unidos, queriam um compromisso vago e mais genérico.

Posição da China

A Posição da China na Cúpula do G-20 em Washington focou-se em quatro prioridades básicas visando à reforma do sistema financeiro global: 1) uma ampla reforma no sistema monetário nas instituições financeiras e nas regras e procedimentos das finanças internacionais; 2) uma reforma justa que contemple de maneira balanceada os interesses de todas as partes; 3) Reformas incrementais que vise a um progresso gradual começando pela reformas mais simples; 4) Uma reforma orientada aos resultados é aquela que objetiva resultados práticos. As reformas deveriam contribuir para a estabilidade financeira internacional, o crescimento econômico global e o bem-estar das pessoas de todos os países.

Na Cúpula de Londres, focou em três pontos: Como tomar medidas de curto e longo prazo para lidar com a crise econômica, como reformar o sistema financeiro global e como melhorar o papel das instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional. A RPC pediu uma maior voz dos países emergentes e em desenvolvimento no sistema financeiro internacional na luta contra o protecionismo comercial e financeiro. A RPC era favorável ao incremento dos gastos do governo para estimular a economia. A China concordou com os países europeus na reforma do sistema financeiro internacional e apoiou a necessidade da criação de uma moeda de reserva internacional "supra-soberana". Nesse sentido, o presidente do Banco

Central Chinês, Zhou Xiaochuan expressou a necessidade de estimular o uso dos Direitos Especiais de Saque¹³ (DPS) do FMI como substituto do dólar estadunidense. Analistas sugerem que a RPC tem uma política de promoção da sua própria moeda, o Yuan, como uma futura moeda de reserva, já que Beijing assinou acordos de *currency swaps* com seis Bancos Centrais: Hong Kong, Indonésia Coréia do Sul, Malásia, Bielorrússia e Argentina (PANDEY, 2009).

Na Cúpula de Pittsburgh, a RPC se manifestou, mais uma vez, contra o protecionismo comercial e para continuar com a reforma do sistema financeiro internacional para dar mais voz aos países em desenvolvimento. A RPC propôs a criação de um "Fundo Soberano Global" para investir nos países em desenvolvimento. Não obstante, a China alerta, por meio do diretor-geral de cooperação internacional da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ma Xin, que as políticas de estímulos econômicos podem "podem eventualmente gerar pressões inflacionárias e enfraquecer as moedas" (ECKERT, 2009).

Na Cúpula de Toronto, teve como foco principal as discussões em torno da recuperação da recessão global e da crise da dívida dos países europeus. A RPC, junto com os Estados Unidos e a Índia se posicionaram a favor de maiores estímulos para mitigar os efeitos da recessão. A China concordou com o fortalecimento da sua moeda, o Yuan, para evitar uma 'guerra cambial' com os Estados Unidos. Além disso, como acordado em Pittsburgh, os países desenvolvidos aceitaram conceder maior poder de votos para as potências emergentes no Fundo Monetário Internacional. China, Brasil, Índia e Rússia teriam aproximadamente o 5% dos votos. A RPC manifestou que seria interessante a

¹³ *Special Drawing Rights*

implementação dessa reforma do FMI antes da cúpula de Seul o G-20 deveria melhorar o sistema financeiro internacional e aprofundar as reformas por meio de um sistema de regulação internacional. A China destacou também a importância das Nações Unidas para os países em desenvolvimento e da retomada da rodada de Doha da OMC, se opondo às práticas comerciais protecionistas.

Na Cúpula de Seul, a RPC continua sendo pressionada pelos EUA e os países europeus para valorizar a sua moeda, o Yuan. A Posição da China é que a crise de 2008 não foi provocada pela moeda chinesa ou por outra moeda dos países emergentes e que não aceita pressões nesse sentido. A posição da RPC na cúpula tem como foco os desequilíbrios do desenvolvimento global e do sistema financeiro internacional apontando para a fraca regulamentação e supervisão dos capitais financeiros. De acordo com Pequim, o excesso de liquidez tem causado instabilidade em vários países, especialmente nos países emergentes.

Posição da Alemanha

Em Washington, a Alemanha se preocupava com a queda no volume de suas exportações e, mesmo com sua economia abalada pela crise, apresentou propostas importantes na cúpula. Essas propostas refletiam a posição alemã de que a regulamentação dos mercados e a ação do Estado são importantes para garantir maior liquidez internacional. Segundo a chanceler alemã Angela Merkel, a cúpula de Washington havia sido capaz de encontrar uma resposta apropriada à crise financeira, mas, ainda assim, havia a necessidade dos líderes mundiais se empenharem para fazer com que as taxas de crescimento mundial não atinjam níveis muito baixos. A Alemanha ainda mostrou-se disposta a resolver antes do final de 2008 os problemas que barravam a continuidade da Rodada de

Doha.

Na cúpula de Londres, a Alemanha tinha a expectativa de convencer os países do G-20 a serem mais transparentes em relação aos seus mercados e aos centros *offshor*, e também mais rígidos nos controles dos mercados financeiros. Juntamente com a Grã Bretanha, a Alemanha reconhecia a necessidade de promover uma articulação com os EUA na cúpula. Alemanha e Grã Bretanha concordavam que a solução para a crise também estava na reformulação do sistema bancário e buscavam promover uma articulação com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e bancos regionais para avaliar como essas instituições poderiam desempenhar um papel mais relevante no empenho de conter a crise financeira.

Em Pittsburgh, a Alemanha fez forte apelo em relação às regras do mercado financeiro internacional, afirmando que estas são essenciais para evitar situações que levaram à crise financeira de 2008. O país defendeu que seria necessária uma regulamentação mais rígida nos mercados financeiros, bem como um novo equilíbrio entre estes e os próprios países, e entre riscos e responsabilidades, além da criação de organizações supranacionais para auxiliar na condução desse equilíbrio. Ao término da cúpula, a Alemanha afirmou que os sistemas de regulação bancária internos deveriam ser modificados, o que foi criticado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. A Alemanha ressaltou que seria viável se algumas das decisões tomadas nas cúpulas fossem adotadas na supervisão dos bancos alemães e em 1º de janeiro de 2010 todos os bancos alemães seriam obrigados a implementar novas estruturas de pagamento que tornaram ilegais incentivos de curto prazo. Os bancos estão sujeitos ao pagamento de bônus se assumirem altos riscos injustificáveis. As medidas de compensação, que devem buscar promover o bem-estar dos trabalhadores, por exemplo, são o oposto do sistema que orientava a política de tais bancos, que era

muito criticada internamente. Essas novas diretrizes são a resposta da Alemanha às recomendações da cúpula anterior do G-20 realizada em Londres. Na cúpula de Pittsburgh a chanceler alemã pressionou pela adoção de tais medidas para implementar um plano global para o desenvolvimento econômico sustentável para os outros membros do G-20.

Durante a cúpula de Toronto a Alemanha voltou a pedir por regulamentos mais rígidos nos mercados financeiros, bem como pela aceleração da reforma financeira. Esses pedidos tanto agradaram quanto desagradaram às potências econômicas. A chanceler alemã afirmou que todos os países do G-20, até mesmo os que não foram muito afetados pela crise financeira, devem agir em conjunto para que se possa encontrar uma solução que seja o mais abrangente possível para que se estabeleça um mercado financeiro global sustentável. Na cúpula, Merkel defendeu a criação de um imposto nos mercados financeiros internacionais por considerar tal medida eficaz na redução da especulação internacional. Este imposto também seria usado como um fundo de resgate para socorrer os bancos que precisassem de ajuda futuramente. Por fim, a chanceler alemã admitiu que os países do G-20 apresentam visões e interesses diferentes sobre este imposto e que um acordo sobre isto não seria alcançado nesta cúpula, além de ter reiterado a necessidade de maior interação entre os países da zona do euro.

Por fim, durante em Seul a Alemanha ressaltou a falta de convergência entre China, Estados Unidos, União Europeia e a própria Alemanha, principalmente em relação à regulação do setor bancário e à reforma da regulação cambial. A Alemanha se mostrou contrariada em relação às exigências feitas pelos Estados Unidos para que o país estabelecesse uma quota para suas exportações, o que levaria à diminuição destas. Nesta cúpula, a Alemanha reafirmou sua posição defendida nas cúpulas anteriores,

principalmente em relação à regulação dos mercados financeiros, acrescentando também a necessidade de combater o protecionismo.

Nas cúpulas do G-20 a Alemanha tem apoiado quase sempre as propostas da França, como por exemplo, a chanceler alemã apoiou o esforço empreendido na cúpula de Pittsburgh pelo presidente francês Nicolas Sarkozy em adotar medidas de restrições mais rígidas sobre os bônus dos bancos. Os dois países atribuem à estrutura dos pacotes de compensação dos bancos a responsabilidade pela atual crise financeira pelo fato daquela ter estimulado a excessiva tomada de riscos que visava maximizar os lucros de curto prazo dos bancos à custa da própria estrutura destes. Por fim, a Alemanha também apoiou a França em sua retaliação ao possível programa nuclear iraniano.

Posição do Brasil

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil percebeu na crise de 2008 uma oportunidade para a mudança na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional. O país atuou no processo de consolidação do G-20 como o principal foro para lidar com temas econômicos internacionais, e tem defendido a maior participação dos países emergentes nas instituições de decisão sobre a economia mundial. Neste sentido, o G-20 abriu espaço ao Brasil para participação em outros foros, como a IOSCO (Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários) e o FSB (Conselho de Estabilidade Financeira), assim como no BIS (Banco de Compensações Internacionais) e no processo de formulação do Acordo de Basileia III, espaços nos quais são discutidas as novas normas de regulação financeira e bancária¹⁴.

¹⁴ Ministério de Relações Exteriores. 2011

Neste sentido, em Washington, o governo brasileiro declarou que o G-7 não tinha mais condições de guiar a saída da crise, tendendo a ser substituído por G-20 o que mudaria a lógica de decisões políticas no mundo. Além disso, o Brasil defendeu uma maior participação dos principais países em desenvolvimento nas instituições de governança global bem como o fortalecimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, desde que isso implicasse mudanças que elevassem o peso dos emergentes em tais instituições. O governo brasileiro declarou a intenção de adotar políticas anticíclicas, ao mesmo tempo em que buscava manter o cumprimento das metas fiscais de superávit primário, definidas para 2008 e 2009. Por fim, se posicionou contra a proposta norte-americana de criação de novos mecanismos para gerar crescimento mundial equilibrado e sustentável.

Na cúpula de Londres, o governo brasileiro propôs à China a utilização do real e Yuan no comércio bilateral, em substituição ao dólar. Houve também um posicionamento favorável com relação à política do FMI que visava assistir os países atingidos pela crise, com a ressalva de não reduzir as reservas internacionais do país. Neste contexto, o Brasil destacou a importância de os sistemas financeiros estarem vinculados à produção e à geração de emprego e renda bem como a necessidade de uma reforma dos organismos internacionais para que se construa um sistema internacional mais justo – sendo necessária, neste processo, uma maior democratização das instituições financeiras bem como o combate aos paraísos fiscais.

Em Pittsburgh, o Brasil se declarou disposto a assumir uma posição de liderança, em relação às normas internacionais de contabilidade, na América Latina. Com relação às tensões

entre os países mais desenvolvidos, o Brasil enfatizou sua preocupação com o fato de que a dificuldade de transposição de diferenças entre tais países prejudicasse as discussões em torno da reforma das instituições financeiras internacionais. Neste contexto, o Brasil acabou por responsabilizar os Estados Unidos pelo bloqueio a negociação global de comércio.

Em Toronto, sem a participação pessoal do Presidente Lula, o Brasil, em acordo com os Estados Unidos, se opôs à proposta de taxação sobre o fluxo de capitais internacionais, proposta por países europeus para desestimular movimentos especulativos. O governo brasileiro argumentou que tal proposta aumentaria os custos de financiamento, e iria punir países que não foram responsáveis pela crise. Antes da crise, o Brasil já havia sido favorável à taxação global sobre venda de armas. Neste contexto, foram defendidas pelo país políticas anticíclicas que priorizem a retomada do crescimento, contrário as políticas de ajuste fiscal, especialmente da zona do euro, e um enrijecimento das medidas de supervisão e regulação bancárias. Houve também uma cobrança com relação à revisão no poder de voto no Fundo Monetário Internacional – o que ocorreria em Seul.

Neste contexto o Brasil rejeitou a imposição de taxa internacional sobre bancos, afirmando que o país já conta com regras de controle bancário mais rígidas que as dos Estados Unidos e as dos países europeus. Brasil exige dos seus bancos 11% de capital sobre o patrimônio de referência, enquanto o Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) sugere 8%. No entanto, não há, no Brasil, limites para remuneração dos executivos dos bancos – questão colocada na cúpula. Além disso, o país se opôs ao esforço norte americano de incluir na declaração final apelo a retomada a rodada de Doha de liberalização comercial e defendeu a valorização do Yuan, com o intuito de não

entrar em atrito com a China.

Em Seul, o Real era a moeda mais valorizada frente ao dólar. O Yuan se manteve, e o dólar se desvalorizou desde 2008, segundo o BIS. O Brasil propôs medidas de controle de fluxo de capital, juntamente com outros emergentes. Até então, o Brasil e outros nove países já haviam adotado algum tipo de controle de capital¹⁵. No caso brasileiro, houve o aumento do IOF (imposto sobre operação financeira). Neste contexto, as taxas de juros dos Estados Unidos, Europa e Japão eram quase zero, estimulando o *carry trade*: atores financeiros captam recursos nesses países a juros baixos e reaplicam em países com juros altos como o Brasil, ganhando sobre essa diferença, causando uma intensa entrada de capital no país e a consequente valorização do Real. Assim, o Brasil propôs a criação de uma cesta de moedas no mercado externo, que incluía o Real e o Yuan, e que possa gradualmente substituir o dólar, no modelo do Direito Especial de Saque do FMI. Por fim, o Brasil torna-se o décimo cotista do FMI, passando de 1,38% em 2008 para 2,22% dos votos em 2010¹⁶. As cadeiras dos BRICS terão 11,55% dos votos, o que, embora signifique um aumento de importância na economia política internacional, não lhes dá condição de veto. Os EUA tiveram uma pequena queda de 16,74% para 16,48% dos votos, continuando assim com condições de veto nas decisões mais importantes.

Considerações finais

¹⁵ Coreia do Sul restringiu as operações com derivativos, a Indonésia limitou que investidores vendam alguns títulos de curto prazo. Os bancos centrais de Israel à África do Sul estão comprando dólares para coibir a valorização de suas moedas. A China aumentou a exigência de compulsório dos bancos, para desacelerar o investimento estrangeiro.

¹⁶ O Brasil aporta, pela primeira vez, ao Fundo com US\$ 4,5 bilhões em 2009.

A emergência de novas potências mundiais, aliada à relativa diminuição da influência dos países desenvolvidos, coloca empecilhos para uma resolução da crise que leve em consideração apenas os interesses das potências ocidentais. Historicamente, as potências que tiveram capacidade de liderar (com legitimidade) saídas de situações de caos sistêmico e crises globais, se apresentaram como potências hegemônicas, construindo uma ordem mundial de modo a tornar universais seus valores, regras e normas particulares (ARRIGHI, 1993). Hoje, na atual situação de crise, nenhum país (sejam as potências tradicionais ou emergentes) tem capacidade de exercer esse papel de liderança e guiar uma saída para a crise dentro dos seus moldes.

Brasil, China, Índia, Coreia do Sul e México já vêm desempenhando um papel decisivo em duas grandes áreas: a demanda por um regime de comércio mundial mais aberto e a gestão da crise econômica mundial com maiores controles aos fluxos de capitais. Durante as negociações ministeriais cruciais na OMC em julho de 2008, o Brasil foi o negociador mais proativo. O fracasso nessas negociações deveu-se às discrepâncias do Brasil com outro “emergente”, a Índia, em torno à liberalização dos produtos agrícolas, embora coubesse aos EUA, segundo a maioria dos observadores, uma responsabilidade maior – o que foi colocado pelo próprio Brasil. Com relação à questão do controle aos fluxos de capitais, a proposta de liberalização foi recolocada em Cannes, 2011, pelos países desenvolvidos – com os países emergentes se colocando claramente contrários a tal proposta.

Em Londres (2009), os Estados Unidos buscaram influenciar os demais países do G-20 a implementarem programas de estímulo de pelo menos 2% do PIB. Não obstante, os países europeus – incluindo França e Alemanha – defenderam uma maior regulamentação financeira, e não o aumento dos gastos. Outras nações como

o Japão, China, Índia e o Brasil permaneceram neutros, o que facilitou alguns avanços. Dias antes da cúpula de Londres, em 24 de março, Zhou Xiaochuan, Diretor do Banco Central Da China, propôs que os Direitos Especiais de Saque do FMI substituíssem o dólar como moeda de reserva, mas este tópico controverso não foi incluído na agenda da cúpula, embora a França, a Rússia e o Brasil apoiavam a iniciativa chinesa.

Tais exemplos apontam para a conformação, ao longo das cúpulas do G-20, de uma polarização das posições: de um lado, China, Brasil e os “novos emergentes”, incluindo a Argentina (com a Coreia do Sul em uma posição de centro). Uma estratégia dos Estados Unidos para tentar cooptar países como o Brasil, por exemplo, é a de acusar a China de práticas cambiais desonestas/manipuladas. Em contraposição, e tendo em vista inclusive certas políticas cambiais unilaterais adotadas pelos Estados Unidos, a China acaba liderando determinadas propostas de alternativas monetárias ao dólar como reserva internacional – proposta que conta com certo apoio brasileiro. Além disso, a China responde às críticas dos Estados Unidos destacando a necessidade de que os países desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos, implementem os compromissos feitos na cúpula de Toronto, em 2010 – redução pela metade dos déficits até 2013 e estabilização ou redução da dívida em relação ao PIB até 2016.

Soma-se a tais questões o fato de que tal grupo de países é a favor do controle de capitais e contra a proposta dos países desenvolvidos para que haja uma redução do ritmo de acumulação de reservas internacionais – neste caso, o foco dos países desenvolvidos é a China, pois se as reservas dos BRICS somam cerca de US\$4 trilhões, destas as reservas chinesas correspondem a US\$ 3,2 trilhões. Destaca-se, no caso do Brasil, a tentativa, em Cannes, de definir, previamente, certas

posições comuns dos países latino-americanos – Brasil, México e Argentina.

Do outro lado, os países desenvolvidos, se encontravam com uma posição relativamente comum até a crise da Grécia. A partir de então, percebe-se certa fragmentação de tal bloco, entre Estados Unidos e União Europeia: os Estados Unidos se colocam contrários à regulamentação financeira – é importante destacar neste ponto o papel central desempenhado pela fração financeira da classe capitalista na economia dos Estados Unidos – e favoráveis a políticas monetárias expansivas. Já a União Europeia – liderada por França e Alemanha –, por sua vez, concordam – pelo menos até a reunião em Cannes, como visto acima – com certos controles aos fluxos de capitais, mas também com maiores ajustes fiscais na periferia da zona do Euro, ajustes estes monitorados pelo FMI. Neste caso, o Brasil acaba se aliando à posição dos Estados Unidos, defendendo que os países desenvolvidos adotem políticas de estímulo à economia, e não políticas de contenção fiscal – o que poderia gerar consequências negativas para as exportações brasileiras.

O Brasil e os demais países emergentes têm hoje possibilidades de incidir sobre as instâncias de decisão mundial de modo a buscar transformar a ordem para que se torne mais justa, democrática e igualitária. Nota-se que, caso sua atuação continue sendo a de buscar reformas dentro das instituições existentes, tendo mais voz e poder de decisão dentro delas, corre-se o risco de perpetuar e aprofundar as próprias instituições e mecanismos de poder. Conclui-se, assim, que é preciso buscar meios para uma transformação das hierarquias e dos mecanismos mundiais que mantém um sistema desigual, construindo as bases para uma ordem mundial mais justa e igualitária.

Acesso em 24 set. 2009.

Referência

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do “resto”: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia.** São Paulo: Unesp, 2004.

América Latina chegará ao G20 de Cannes com posições comuns. Disponível em:

<<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5iN4NRSMN5sXkQzC992ki0wWiSZ-A?docId=CNG.e5ce6b411ed22ea916351951ba6e1993.151>>.

ARRIGHI, Giovanni. The three hegemonies of historical capitalism. In: STEPHEN, Gill. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations.** Cambridge University Press, 1993. p. 148-185.

China Daily

http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/16/content_7208365.htm

CHINA, FSB - G20. **Monitoring progress.** Disponível em: <http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_110401e.pdf>. Acesso em 25 set. 2010.

CHINA.org.cn. **Backgrounder: Major topics of G20 Pittsburgh Summit.** Disponível em: <http://www.china.org.cn/business/2009-09/25/content_18599365.htm>. Acesso em 25 set. 2009.

ECKERT, Paul. **China: é hora de começar a pensar em retirada de estímulos.** Disponível em: <http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5721>.

Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u548522.shtml>

GUEBERT, Jenilee. **Plans for the London G20 Summit 2009.** G20 Research Group, 2009.

_____. **Plans for the Pittsburgh G20 Summit: 2009.** G20 Research Group, 2009.

_____. **Plans for the Fourth G20 Summit: Co-chaired by Canada and Korea in Toronto, June 26-27, 2010.** G20 Research Group, 2010.

G-8 Research Group. **Analysis of G8 Media Coverage at the 2010 G20 Seoul Summit Media Analysis Unit.** Toronto: G8 Research Group at the Trinity College, Munk School of Global Affairs, University of Toronto, 2011.

G20 Finance Ministers. **Communiqué of the meeting of finance ministers and central bank governors, October 23, 2010.** Disponível em: <http://www.seoulsummit.kr/eng/boardDetailView.g20?boardDTO.board_seq=2010100000002689&boardDTO.board_category=BD02&boardDTO.menu_seq=>>. Acesso em 18 jan. 2011.

G-20 Research Group. **Declaration - Summit on Financial Markets and World Economy November 15, 2008.** Disponível em: <http://www.g20.org/Documents/g20_summit_declaration.pdf>. Acesso em 20 set. 2011.

_____. **Cúpula de Líderes: Mercados Financeiros e Economia Mundial, Washington DC 15 de novembro de 2008.** Disponível em:

<http://www.g7.utoronto.ca/g20/2008/2008declaration1115-br.html>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **On the Way to a Global Economic Order**. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2008/2008merkel-en.html>>. Acesso em 30 set. 2011.

G20 Labor and Employment Ministers. **Recommendations to G20 leaders, 21 de abril de 2010**. Disponível em: http://www.dol.gov/ilab/media/event/s/G20_ministersmeeting/results.htm>. Acesso em 24 dez. 2010.

_____. **Declaração dos líderes do G20 em Londres, 2 de abril de 2009**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2009/2009communique0402-br.html>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Declaração dos líderes: Cúpula de Pittsburgh, 24-25 de setembro de 2009b**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2009/2009communique0925-br.html>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Declaração dos líderes: Cúpula de Pittsburgh - Arcabouço para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado, 24-25 de setembro de 2009c**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2009/2009communique0925-br.html>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **The G20 Toronto Summit declaration, 26-27 de junho de 2010a**. Disponível em: http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20_declaration_en.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2010.

_____. **The framework for strong, sustainable and balanced growth, 26-27 de junho de 2010b**. Disponível em:

http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20_declaration_en.pdf>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Financial sector reform, 26-27 de junho de 2010c**. Disponível em: http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20_declaration_en.pdf>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Enhancing the legitimacy, credibility and effectiveness of the IFIs and further supporting the needs of the most vulnerable, 26-27 de junho de 2010d**. Disponível em: http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20_declaration_en.pdf>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **The G20 Seoul Summit leader's declaration, 11-12 de novembro de 2010e**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20seoul.pdf>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **The Seoul Summit document, 11-12 de novembro de 2010f**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20seoul-doc.pdf>>. Acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Seoul Development Consensus for Shared Growth, 11-12 de novembro de 2010g**. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/g20/2010/g20seoul-consensus.pdf>>. Acesso em 07 dez. 2010.

KIRTON, John. Toward multilateral reform: The G20's contribution. In: ENGLISH, John, *et. al.* (eds.). **Reforming from the top: A leaders' 20 summit**. Tokyo: United Nations University, 2005.

MARTINEZ-DIAZ, Leonardo. **The G20 after eight years: How effective a vehicle for developing-country influence?** The Brookings institution, working paper nº12,

2007.

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.5-reforma-da-governanca-global-g20/?searchterm=G20>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro>

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2010/11/12/barreiras-a-fluxo-global-ganha-reforco-entre>

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2010/10/25/brasil-e-o-segundo-pais-que-mais-ganha-com>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.5-reforma-da-governanca-global-g20/?searchterm=G20>

PANDEY, Sheo Nandan. **China and the Diplomatic Power Play at G-20 London Summit.** Disponível em: <http://www.southasiaanalysis.org/%5Cpapers32%5Cpaper3153.html>. Acesso em 19 abr. 2011.

PEDIAVIEW. **2009 G-20 Pittsburgh Summit.** Disponível em: http://pediaview.com/openpedia/2009_G-20_Pittsburgh_summit.

UNSTATS. **United Nations Statistics Division.** Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/default.html>. Acesso em: 24 dez. 2010.

Valor Econômico

<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/10/13/armadilha-s-para-o-brasil-no-g-20>

<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/10/13/brasil-e-eua-se-aliam-no-g-20-a-favor-de-estimulos>

<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/10/13/brics-rejeitam-reduzir-acumulacao-de-reservas>

<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/10/13/proposta-sobre-conta-de-capitais-surpreende>

http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5722

Palavras-Chave: Alemanha, Brasil, China, crise financeira, Estados Unidos, G-8, G-20, países emergentes

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros:; Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>